

16

GESTÃO EMPRESARIAL
ECONOMIA
INFLAÇÃO



16

ECONOMIA INFLAÇÃO



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Apresentar o conceito de inflação e os problemas gerados por ela.



COMPETÊNCIAS

Avaliar a importância do controle sobre a inflação.



HABILIDADES

Conhecer o conceito de inflação e os impactos no cotidiano das pessoas e empresas.

APRESENTAÇÃO

Nesta Unidade vamos estudar o que é Inflação.

Veremos as causas e efeitos que inflação gera sobre as pessoas, as empresas, o governo e no balanço de pagamentos e compreenderemos o difícil equilíbrio entre a inflação e desemprego.

Agora vocês entenderão porque o governo divulga um baixo índice de inflação e quando vocês vão ao supermercado o preço dos produtos tiveram uma grande elevação e você não acredita no governo.

Vocês irão compreender como é composto o índice de inflação e irão observar que dentro de sua composição alguns itens sobem e outros baixam gerando assim uma média inflacionária abaixo da sua percepção.

Bons estudos.

PARA COMEÇAR

Muita gente concorda que a década de 1980 é considerada como a década perdida da economia brasileira.

Foi uma década perdida porque o crescimento do PIB apresentou significativa redução e tivemos a hiperinflação.

Você pode não acreditar, mas o país viveu nessa época com inflação mensal de dois dígitos! (80% ao mês.)

Só para comparar, neste último ano de 2011, a inflação acumulou alta de 6,97% em 12 meses.

Então, você consegue imaginar uma inflação de 2% ao dia, como a da década de 1980? Você sabe que a inflação diminui o poder aquisitivo dos trabalhadores, com inflação de 2% ao dia, quanto vale um salário de R\$ 1.000,00 no final do mês?

O governo bem que tentou resolver o problema por meio de pacotes econômicos. O mais emblemático deles foi o Plano Cruzado (1986), que incluía, entre outras medidas, o congelamento e o tabelamento de preços.

Um estudante de economia sabe que tabelar preços não resolve o problema da inflação, mas a maioria do

povo brasileiro não sabia. Sendo assim, o presidente brasileiro na época conclamou a população a ser um fiscal do governo.

Figura 1. Marcelo Tas fantasiado de fiscal do Sarney.
Fonte: <http://blogdotas.terra.com.br/2009/06/24/a-volta-dos-fiscais-do-sarney/>



Figura 2. Um bottom de fiscal do Sarney.
Fonte: http://eutenhominhvida.blogspot.com/2009_06_01_archive.html

Por ordem presidencial, os gerentes de supermercados poderiam ser presos em flagrante e responderiam a processos judiciais se remarcassem os preços dos produtos depois do congelamento. Isso se um fiscal de um órgão público ficasse sabendo.

De acordo com a Folha Online, criou-se então um clima de fiscalização de preços por parte da população.

Os “fiscais do Sarney”, como foram chamados, conferiam os preços dos produtos nos supermercados denunciavam os abusos, davam queixa à polícia, informando os produtos que eram taxados com ágio. Tudo isso foi muito divulgado, principalmente pela televisão, o que realimentava o clima de euforia e “loucura” coletiva.

Os jornais diários mostravam cenas nos supermercados nas quais uma pessoa descobria um produto remarcado, avisava às outras e todos gritavam que o estabelecimento devia ser fechado. Havia até casos de depredamento e saques, segundo o Almanaque Brasil de cultura popular.

A inflação, no entanto, não foi controlada pelos sucessivos pacotes do governo e consumiu os avanços econômicos (crescimento e grandes superávits) conseguidos no fim do regime militar.

Por isso, convidamos você a entender o processo de inflação para que você não caia nessa.



ATENÇÃO

Ágio: adicional cobrado sobre um preço tabelado quando, a esse preço, a demanda supera a oferta (LUQUE e VASCONCELLOS, 2006, p. 337).

FUNDAMENTOS

Você já foi ao supermercado e notou uma elevação dos preços de alguns produtos e o governo divulgou que não houve inflação no período, ou seja, não houve aumento dos preços. Se isso já aconteceu com você significa que, dependendo do peso dos produtos e serviços que você adquiriu, não houve inflação na economia, mas sim para você. Não está entendendo nada?

Na verdade existe uma diferença entre inflação e aumento de preços de produtos e serviços. Altas esporádicas não podem ser confundidas com inflação. Note o exemplo do leite, normalmente de dezembro a março, o preço do leite é mais baixo do que no período de maio a outubro. Isso ocorre pela sazonalidade da oferta do produto. No inverno a grama cresce mais lentamente e o gado come menos, portanto, produz menos leite. Outros produtos como alface também acabam enfrentando o mesmo problema, no período de muita chuva, a planta não consegue se desenvolver e acaba ocorrendo a lei de oferta e demanda, falta produto no mercado e o preço sobe. As altas esporádicas não devem ser consideradas como inflação, pois ocorre com um determinado produto ou serviço.

Então, o que significa exatamente inflação?

1. CONCEITO DE INFLAÇÃO

Quando você começa a observar que um conjunto de produtos tem seu preço elevado simultaneamente significa que temos inflação.

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2008, p. 223):

A inflação é definida como um aumento contínuo e generalizado no índice de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços. O aumento de um bem ou serviço em particular não constitui inflação, que ocorre apenas quando há um aumento generalizado da maioria dos bens e serviços.

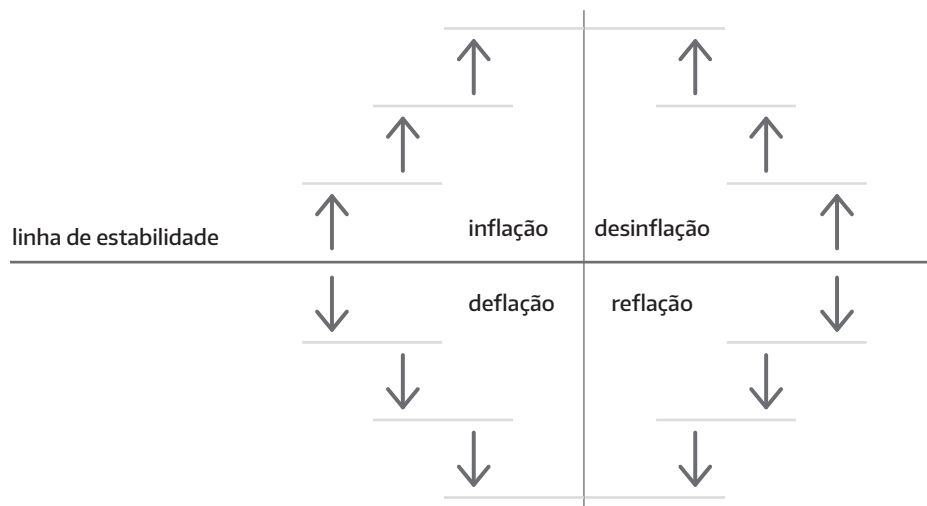


DICA

A inflação representa elevações em todos os preços dos bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço.

No entanto, Rossetti (2003) explica que há outras situações possíveis relacionadas à variação dos índices de variação dos preços. Observe a Figura 3.

Figura 3. Variação do valor da moeda ou dos índices de variação dos preços.



A seguir, explicamos cada uma dessas situações previstas:

- **Inflação** - De acordo com o autor citado, a inflação é a situação mais comum e ocorre no mundo todo. Por essa razão é o assunto tratado nesta UA. E como você já sabe, corresponde a uma alta generalizada dos preços dos bens e serviços;
- **Desinflação** - É a volta à linha de estabilidade de preços. Os índices de variação de preços recuam seguidamente. Os movimentos de desinflação, segundo os autores, são induzidos por programas de estabilização monetária;
- **Deflação** - Corresponde à queda generalizada dos índices de variação de preços. Segundo o autor, a deflação geralmente está associada à estagnação econômica. Com a queda dos preços, cai também o interesse em investir e em consumir, além de aumento da concorrência entre os produtores pelos poucos interessados em consumir. Persistindo e aprofundando-se a queda nos preços, a economia caminha para a depressão. Exemplo desta situação temos a Grande Depressão de 1930;
- **Reflação** - Representa o caminho de volta à estabilidade de preços após períodos deflacionários. Quando se recuperam os níveis de produção e de consumo.



CONCEITO

Inflação significa o aumento contínuo e generalizado do índice de preços de bens e serviços.

2. A MENSURAÇÃO DA INFLAÇÃO

Rossetti (2003) esclarece que pelo fato da inflação ser uma elevação geral do nível de preços, sua mensuração se obtém de números índices, calculados a partir de preços coletados em intervalos de tempo regulares, ponderados por suas relativas importância nos agregados a que se referem.

Para se obter a mensuração da inflação, há índices calculados em períodos semanais, quinzenais, mensais e assim sucessivamente. Os índices atendem a diferentes propósitos e apresentam diferentes níveis de abrangência setorial ou espacial.

Podemos citar como principal índice o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este é o principal índice utilizado pelo Banco Central para o controle da Inflação. Ele indica as variações médias dos preços de uma cesta de bens e serviços de consumo, ponderadas por suas participações no dispêndio das famílias brasileiras. Ou seja, os produtos de maior consumo têm maior peso no cálculo do índice.

Cada região no Brasil tem o seu IPC, já que as cestas de bens consumidas em cada região não são iguais. O IPC que vale para o Brasil corresponde à média dos IPCs regionais.

No entanto, existem índices específicos para cada setor. Por exemplo, no setor de construção civil utiliza-se o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas que analisa a evolução do custo das construções habitacionais.

Além do IPC, temos, segundo Rossetti (2003), ainda dois importantes índices: índice de preços por atacado, IPA e o deflator implícito do PIB, que mede a variação dos preços de todos os subgrupos de atividades produtivas.

Cabe ressaltar que em intervalos curtos esses índices apresentam números muito diferentes, mas em série de longo prazo acumuladas, os números costumam ser mais próximos.

Agora que você já sabe o que é inflação, podemos analisar o motivo pelo qual o Governo precisa manter a inflação sob controle. A inflação causa a ilusão de riqueza ou ilusão monetária, as pessoas acabam imaginando que possuem uma grande quantidade de dinheiro, mas na verdade perdem o poder aquisitivo. Vamos analisar a Tabela 1:

Tabela 1. Exemplo do efeito da Inflação.
Fonte: autores.

ITEM	VALOR	PORCETAGEM DE AUMENTO	VALOR FINAL
salário	R\$1.000,00	100%	R\$ 2.000,00
leite	R\$ 1,00	120%	R\$ 2,50

Observe que o salário aumentou 100%, ou seja, em R\$ 1.000,00 unidades monetárias, mas o leite subiu 120%, ou seja, em R\$ 1,50 unidade monetária. A princípio o ganho em unidades monetárias parece enorme, imagine o seu salário dobrando de um mês para o outro, no entanto, você ficou com menor poder aquisitivo, ou seja, mais pobre. Inicialmente você conseguia comprar 1.000 litros de leite e agora você compra apenas 980 litros, portanto, você teve 20% de perda de poder de compra. Embora pareça que o seu salário subiu muito, o custo para manter o seu padrão de vida subiu mais e você teve perda de poder aquisitivo.

Quando as pessoas têm condições de aplicar o dinheiro para que ele receba uma pequena valorização, por exemplo, uma aplicação bancária, a perda devido à alta inflacionária é baixa, mas quando não existe essa possibilidade a perda é elevada. Os mais prejudicados são as pessoas de baixa renda.

Seguindo a ideia da Tabela 1, imagine que no mês houve 100% de inflação, e na média isso gere 25% de inflação na semana, se um trabalhador rural receber o salário na segunda-feira e só puder fazer as compras de casa no sábado, ele irá comprar em torno de 20% a menos do que se fosse na segunda-feira devido às altas dos preços que ocorrerão durante os seis dias até a compra.



PAPO TÉCNICO:

Não confunda inflação com:

Deflação: é o inverso da inflação, ou seja, uma redução contínua e generalizada dos preços.

Hiperinflação: É quando o aumento dos preços é muito grande.

Estagflação: aumento do desemprego e hiperinflação.

3. CAUSAS DE INFLAÇÃO

Rossetti (2003) explica que não há uma única teoria capaz de explicar as causas da inflação.

Já Vasconcellos e Garcia (2008) afirmam que algumas condições podem influenciar as causas da inflação, como:

- **Tipo de estrutura de mercado** – economias com formação de muitos oligopólios têm uma possibilidade maior de repassar para o preço final qualquer aumento de custos;
- **Grau de abertura da economia ao comércio exterior** – quanto mais aberta à competição de produtos de outros países, maior a concorrência e menor é a possibilidade de elevar os preços;
- **Estrutura das organizações trabalhistas** – quanto maior for a força dos sindicatos, maior é a possibilidade de reajustes de salários, o que pode causar pressão sobre os preços dos produtos e serviços.

Sabendo disso, vamos agora entender quais são as principais causas da inflação de acordo com Rossetti (2003) e Vasconcellos e Garcia (2008).

3.1. INFLAÇÃO DE DEMANDA

Ocorre quando aumenta demasiadamente o consumo sem que haja uma capacidade adequada de reposição de bens e serviços. Quando a demanda agregada excede a oferta agregada, a escassez do produto causa elevação baseada na lei de oferta e demanda, falta produto ou serviço no mercado e os preços sobem. A probabilidade de haver inflação é mais alta quando a economia está produzindo próximo ao pleno emprego de recursos. Assim, se há aumento da demanda agregada, como os fatores de produção estão todos ocupados, a oferta agregada não pode acompanhar a demanda, então os preços sobem. Para combater a inflação de demanda, o governo costuma utilizar a política fiscal, aumentando os impostos e, assim, diminuindo a demanda agregada.

Ou o governo pode diminuir seus gastos, controlar o crédito e ainda elevar a taxa de juros, diminuindo o incentivo para a compra a crédito. Muito cuidado também o governo deve ter de não aumentar demais a oferta monetária, sem contrapartida do lado real da economia, pois a inflação pode aumentar se houver excesso de moeda.

3.2. INFLAÇÃO DE CUSTOS

Ocorre quando a demanda agregada permanece a mesma, mas os custos de certos fatores de produção aumentam. Com isso, há uma retração na oferta agregada, o que provoca um aumento de preços. O aumento dos custos de produção pode aumentar quando há:

- a. Aumento dos preços das matérias-primas:** Baseado na elevação do custo da matéria-prima, por exemplo, as crises de petróleo da década de 1970. Sendo o petróleo uma importante matéria-prima presente em vários produtos, a elevação do preço do petróleo

provocou um brutal aumento nos custos de produção, em especial nos custos de transporte e de energia, aumentos que foram repassados a produtos e serviços;

- b. Aumentos salariais:** O aumento do salário tem influência direta no preço dos bens e serviços, com o aumento do salário, aumenta o custo da produção e como consequência o preço. Os sindicatos possuem o lado positivo e negativo na participação do salário. No entanto, só haverá inflação se o aumento na taxa de salários for superior ao aumento da produtividade da mão de obra.
- c. Determinada estrutura de mercado:** Mercados monopolistas ou oligopolistas podem contribuir para a existência de inflação. Como essas empresas são grandes e poderosas, elas podem provocar a inflação de custos de produção.

3.3. INFLAÇÃO INERCIAL

Este é um tipo de inflação de custos causada pela “memória” da inflação passada, ou seja, no reajuste anual de aluguel, por exemplo, utiliza-se um índice que repõem as perdas inflacionárias dos últimos 12 meses. É um processo automático de realimentação de preços. Ela é provocada por mecanismos de indexação, como o que ocorreu na década de 1980.

De acordo com Luque e Vasconcellos (2006), a inflação inercial pode ocorrer especialmente se a estrutura de mercado for oligopolista, pois essas empresas podem repassar imediatamente aos preços qualquer aumento dos custos, seja aumentos salariais, aumentos dos preços de matérias-primas e outros. Ressaltam os autores, que neste caso a inflação inercial também representa um aspecto do conflito distributivo, no qual quem pode mais, ganha mais.



PAPO TÉCNICO:

Para distinguir a **velocidade** com que os preços aumentam, usam-se as seguintes expressões: sopro inflacionário, inflação rastejante, inflação acelerada, hiperinflação. E para o nível de **resistência**, usam-se as expressões: abertas, reprimidas, corretivas, recorrentes e crônicas, Rossetti (2003, p. 697, Grifo nosso).

4. EFEITOS DA INFLAÇÃO

Vasconcellos e Garcia (2008) explicam que se todos os preços se elevassem de tudo às mesmas taxas, ninguém perderia, pois não haveria

mudança nos preços relativos, ou seja, no preço de um item em relação ao outro. Isso, no entanto, não é o que acontece quando há inflação. A velocidade de aumento de preços difere entre os vários bens e serviços. Isso ocorre, por exemplo, quando há aumentos no preço dos bens, mas não há aumento nos salários. Quando há uma piora na distribuição de renda.

4.1. EFEITO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

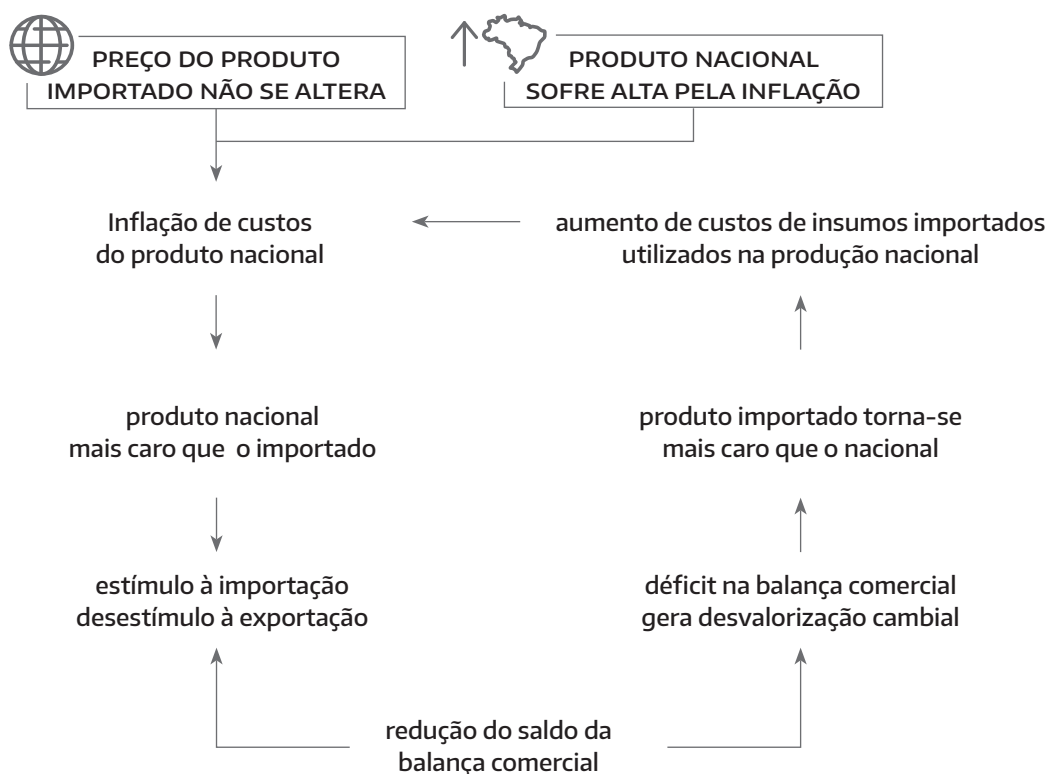
A inflação desvaloriza a moeda reduzindo assim seu poder de compra. Você já se perguntou por que o dragão é o símbolo da inflação? Justamente pelo fato de soltar fogo, o fogo queima o dinheiro da mesma forma que a inflação corrói o poder de compra da moeda. Em momentos de hiperinflação, ou seja, quando ocorre um aumento nos preços de mais de 50% ao mês, as pessoas que não possuem instrumentos para se defender como contas em banco e aplicações bancárias veem seu poder aquisitivo reduzido a cada dia. No entanto, com inflação baixa você também possui perda aquisitiva, no entanto, fica quase imperceptível. Vamos a um exemplo. Se você recebe R\$ 1.000,00 unidades monetárias e a inflação foi de 6% a.a., significa que você perde 0,5% ao mês ou 0,02% ao dia, o que seria em termos monetários uma perda de R\$ 0,16 unidade monetária dia ou R\$ 5,00 ao mês. Enquanto que comerciantes, industriais e o governo têm condições de repassar o aumento de custos, os assalariados vão ficando com seus orçamentos cada vez mais reduzidos até que aconteça um reajuste salarial para recompor o salário.

A classe trabalhadora e, em especial aqueles de baixa renda, é a que mais perde com a inflação.

4.2. EFEITO SOBRE O BALANÇO DE PAGAMENTOS

Se houver inflação e os preços aumentarem acima dos preços internacionais, isso encarece o produto nacional relativamente ao produzido no exterior. Assim, há um estímulo à importação e um desestímulo à exportação, diminuindo o saldo da balança comercial. Nesta situação, o governo costuma desvalorizar a moeda nacional para estimular a exportação e desestimular a importação. No entanto, ao fazer isso, o governo encarece alguns produtos importados que são necessários à indústria nacional, como fertilizantes e equipamentos, o que fatalmente irá provocar aumento de custos em alguns setores. O círculo vicioso se fecha quando uma nova elevação de preços ocorre pelo repasse desse aumento de custo. Veja uma representação simbólica desse processo na figura 3.

Figura 3. Círculo vicioso provocado pela desvalorização cambial. Fonte: autores.



4.3. EFEITO SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS

Como em um processo inflacionário o valor da moeda se deteriora rapidamente, de acordo com Luque e Vasconcellos (2006), isso provoca um desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiros. As aplicações em poupança e em títulos diminuem. No entanto, as aplicações em bens de raiz, como terras e imóveis, costumam aumentar. Por isso, no Brasil, há o mecanismo de correção monetária que são reajustados (ou indexados).

4.4. EFEITO SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS OU EFEITO OLIVEIRA TANZI

Quando há uma defasagem proveniente das datas da ocorrência das transações (fato gerador) e do efetivo recolhimento dos tributos, em épocas de acelerada inflação, o recolhimento fica menor. A esse fenômeno de perda real da receita pública em razão dessa defasagem, denomina-se de "efeito Tanzi" ou "efeito Oliveira-Tanzi", em homenagem aos dois economistas que estudaram de forma pioneira esse fenômeno, Dantas (2010).

Vamos tomar como exemplo o IPTU, o seu valor é fixo, pressupondo que seja pago em dez parcelas a uma inflação de 1% ao mês, a última parcela será paga com uma corrosão inflacionária de 10%. Esse efeito faz com que a arrecadação do governo acabe sendo reduzida.

5. A CURVA DE PHILIPS

O crescimento do produto agregado e a redução do desemprego são dois importantes objetivos da política macroeconômica do governo. Só que, de acordo com Rossetti (2003), esses objetivos nem sempre são conciliáveis.

A constatação de que há uma relação inversa não linear entre os níveis de emprego e de controle de inflação foi obtida primeiramente pelo economista inglês A. W. Philips. O estudo mostra, com base em dados coletados da realidade, que há um conflito entre o pleno-emprego e preços estáveis.

Portanto, a curva de Phillips representa uma relação de *trade-off* entre inflação e desemprego, que permite analisar a relação entre ambos, no curto prazo. Segundo esta teoria, uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação, e uma maior taxa de desemprego a uma menor inflação. Contudo, esta relação pode não acontecer no longo prazo, uma vez que a taxa de desemprego é basicamente independente da taxa de inflação conforme outras variáveis vão se alterando.

6. A INFLAÇÃO NO BRASIL

Rossetti (2003) nos lembra de uma triste realidade: que a economia brasileira apresenta uma tendência secular de ter inflação. Nos últimos 50 anos, os períodos de inflação moderada são bem menores do que aqueles de inflação alta. Sendo que, nos anos de 1980 e 1990 estivemos bem próximos a uma hiperinflação descontrolada. Confira os números da inflação na Tabela 2.

Tabela 2. Taxas anuais de inflação no Brasil medidas pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI).
Fonte: Adaptado de Luque e Vasconcellos (2006).

ANOS	TAXA DE INFLAÇÃO	ANOS	TAXA DE INFLAÇÃO	ANOS	TAXA DE INFLAÇÃO
1980	110,2	1990	1476,7	2000	9,8
1981	95,2	1991	480,1	2001	10,4
1982	99,7	1992	1157,8	2002	26,4
1983	211,0	1993	2708,3	2003	7,6
1984	223,8	1994	909,6	2004	12,1
1985	235,1	1995	14,7	2005	1,2
1986	65,0	1996	9,33	2006	3,7
1987	415,8	1997	7,48	2007	7,8
1988	1037,6	1998	1,71	2008	9,1
1989	1782,9	1999	19,99	2009	-1,4
				2010	11,3
				2011	5,0

Ao observar a Tabela 2, pode-se notar o sucesso que foi o Plano Real no controle da inflação. Em 1994, a taxa de inflação estava em torno de 50% ao mês e 909,6% ao ano. Em 1995, ela caiu a 14,7% a.a.!

A virtude desse plano está no reconhecimento das principais causas da inflação, por isso foram corrigidos o desequilíbrio do setor público e os mecanismos de indexação.

Após a reforma monetária inicial, de acordo com Luque e Vasconcellos (2006), a política anti-inflacionária concentrou-se nas chamadas âncoras monetária e cambial.

A **âncora monetária** consistiu em manter altas as taxas de juros e a taxa do compulsório sobre depósitos à vista dos bancos para controlar a demanda agregada. Já a **âncora cambial** consistiu na valorização do Real, assim as importações se tornaram mais baratas, aumentou-se a concorrência com produtos brasileiros, limitando-se os preços internos.

Em 1999, se estabeleceu o regime de câmbio flutuante e se abandonou a âncora cambial.

Desde então, o governo trabalha com o estabelecimento de metas inflacionárias, com pequeno desvio-padrão para cima e para baixo, a chamada banda de variação. Assim, o governo se compromete em manter a inflação sob controle.

Como a taxa de juros é um importante fator para o controle da inflação, desde o nível da taxa de juros é estabelecido pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central).

Além do controle sobre a inflação, o Plano Real proporcionou uma melhoria do padrão de vida dos trabalhadores de baixa renda, antes os mais prejudicados com a inflação.

De acordo com Rossetti (2003, p. 711), “parece ter-se desenvolvido no país uma espécie de **aversão social à inflação**” (grifo do autor).



PAPO TÉCNICO

Monetaristas: corrente que enfatiza o papel da política monetária, que seria menos intervencionista do que a política fiscal.

Fiscalistas: corrente que defende a atuação ativa do governo, por meio de política econômica (também chamados de keynesianos (LUQUE e VASCONCELLOS, 2006, p. 336).



Show do Quintilhão: Qual a inflação acumulada na história do Brasil?

Thiago Velloso

Mais de 10 quintilhões por cento! Para ser beeeem mais exato, 10 075 561 044 855 200 000%. É esse o tamanho do apetite do dragão inflacionário de 1829 até 2003.

O número assustador combina cálculos atuais da Fundação Getúlio Vargas as estimativas da Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro no livro Séries Históricas – Inflação, de 1993.

Oficialmente, a inflação só começou a ser calculada no Brasil em 1920 e de um jeito bem impreciso. As taxas eram medidas pela família de um brasileiro de classe média alta. Leo Affonseca Jr. calculava os gastos em sua casa e enviava os valores para a Fazenda Nacional.

A criação dos índices só ocorreu em 1939, com o IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo). A partir daí, surgiram diversos indicadores. Cada um mede a inflação em diferentes estágios e faixas populacionais. O oficial, visto como indicador da inflação brasileira, é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). “A grande quantidade de índices é reflexo de um país que passou por uma hiperinflação e tem medo que ela volte”, afirma o economista Salomão Quadros, da Fundação Getúlio Vargas.

As altíssimas taxas de inflação, a partir da década de 80 (veja gráfico), se tornaram um fantasma na economia brasileira. Mas a maior parte da nossa história é marcada por uma inflação controlada. Houve até períodos de deflação(*), ou seja, os preços diminuía, ao invés de subir. Em 1918, a queda chegou a 10,8%.

O principal motivo para a alta foi a indexação de 1979. Se os preços subiam, por causa de uma crise internacional, por exemplo, o governo era obrigado a emitir moeda sem lastro para suprir o aumento de renda e dívida pública. Mas não se fabrica dinheiro sem consequências: como crescia a quantidade de moeda em circulação, o

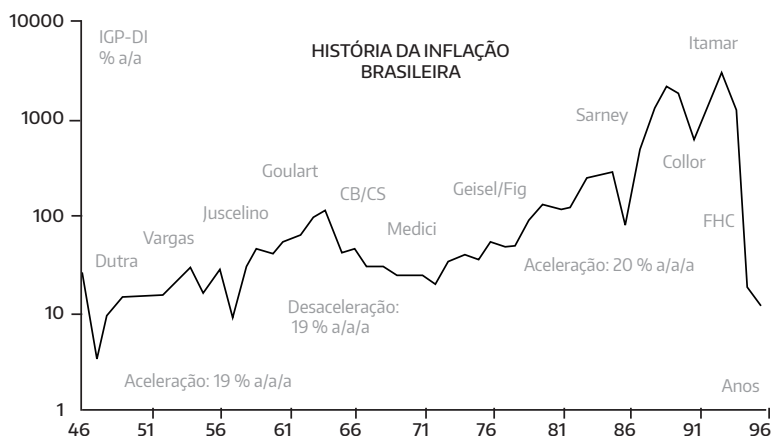
* Caro aluno, você sabe que isto também não é nada bom, ou seja, a economia estava em depressão e era o fim da 1ª Guerra Mundial.

1. *Superinteressante*,
edição 202,
julho 2004.

valor dela caía. Além disso, existia a chamada inflação de expectativa. Como o brasileiro já sabia que os preços iam aumentar, a alta era promovida antecipadamente.

A seguir temos um gráfico que não é o original da revista *Superinteressante*¹ porque não foi encontrado.

Figura 5. A inflação no Brasil, nos EUA e no mundo. Blog AMattos.



- Indexação do governo Figueiredo atrela salários e rendimentos à variação de um índice.
- Primeiro grande congelamento de preços, no governo Sarney, dura quase um ano e derruba a inflação.
- Taxas sobem assim que os preços são liberados. Medo de um novo congelamento faz surgir a hiperinflação.
- Ministra da economia Zélia Cardoso (governo Collor) confisca poupanças para reprimir gastos e, assim, diminuir as taxas.
- Confisco não surte efeito desejado e governo Collor faz novo congelamento.
- Galope da inflação chega a taxas inacreditáveis, refletindo a falta de organização da economia.
- Plano Real (FHC) desindexa preços e salários e estabiliza a inflação.



E AGORA, JOSÉ?

Nesta UA você conheceu mais profundamente o fenômeno da Inflação.

Conheceu suas causas e seus efeitos. Em especial, compreendeu os efeitos da inflação sobre o poder aquisitivo do consumidor bem como os vários tipos de inflação.

Agora você compreende a dificuldade do governo em conseguir manter o equilíbrio entre a oferta agregada e a demanda agregada de forma a criar as condições adequadas para que não ocorra perda financeira, principalmente na população de baixa renda.

Agora que você já possui o conhecimento básico sobre a disciplina de economia, espero que você a utilize em suas tomadas de decisão.

Seja mais consciente como cidadão, como empregado, como gerente ou como empresário e não deixe de aprender mais sobre economia.

GLOSSÁRIO

Âncora cambial: valorização do Real associada ao regime de câmbio fixo.

Âncora monetária: estabelecimento da taxa de juros e da taxa do compulsório sobre depósitos à vista relativamente elevadas, para controlar a demanda agregada.

Inflação de custos: ocorre quando o nível da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam, levando à retração da oferta e provocando um aumento dos preços de mercado.

Inflação de demanda: refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços na economia. Também é causada pelo crescimento dos

meios de pagamento, que não é acompanhado pelo crescimento da produção. Ocorre apenas quando a economia está próxima do pleno-emprego, ou seja, não pode aumentar substancialmente a oferta de bens e serviços em curto prazo.

Inflação inercial: é a aquela em que a inflação presente é uma função da inflação passada. Sua ocorrência se deve à inércia inflacionária, que é a resistência que os preços de uma economia oferecem às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da inflação. Sua causa está na "indexação", que é o reajuste do valor das parcelas de contratos pela inflação do período passado.

REFERÊNCIAS

DANTAS, I. R. N. **Inflação.** Apostila do curso de Economia do CEAP - Centro de Ensino Superior do Amapá. Disponível em: http://www.ceap.br/v2/artigos_docentes.php

FOLHA ON-LINE. **História - 1982 - José Sarney.** Estado de democrático de direito e inflação a 2% ao Dia. Disponível em, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1985.shtml>

LUQUE, C. A. E VASCONCELLOS, M. A. S. **Introdução à Teoria Monetária.** In: PINHO, D. B; VASCONCELOS, M. A. **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2006.

PESCIOTTA, N. **Mercados viraram trincheiras dos fiscais do Sarney.** Almanaque Brasil De Cultura Popular. Disponível em: <http://www.almanaquebrasil.com.br/politica/9572-mercados-viraram-trincheiras-dos-fiscais-do-sarney>

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia.** São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2008, www.ceap.br/artigos/ART05042010103644.doc